

# Categoria desmotivada

O presidente do Sindicato dos Delegados de Polícia (Sindepo), Mauro César Lima, vê com preocupação a diminuição do número de delegados. "Existe um projeto para ampliar os quadros, mas está parado no governo há muito tempo", afirmou. Ele defende a realização de concurso a cada dois anos, para cobrir as vagas dos que se aposentam, são afastados por motivos de saúde ou passam em outras seleções. Para Lima, o mais grave são os baixos salários. "A sobrecarga de trabalho é grande e há o risco de morte, mas enquanto um promotor de Justiça do DF ganha inicialmente R\$19.500, o delegado de polícia do DF recebe R\$ 8 mil", comparou.

Lima disse que a categoria está desmotivada e muitos optam pelo Ministério Público, atraídos pelos benefícios. Ele citou a falta de um plano de saúde subsidiado pelo governo, como o dos promotores, e de assistência médica como a da Polícia Militar, que tem a Policlínica.

A direção da Polícia Civil admite que o quadro está defasado. O chefe da Comunicação Social, delegado Miguel Lucena, explica que para abrir novo concurso é preciso autorização do governo federal. As áreas de saúde, segurança e educação são mantidas com dinheiro do Fundo Constitucional do DF. A assessoria de imprensa da Secretaria de Gestão Administrativa informou que não há previsão de novo concurso e nem expectativa de chamar outros candidatos aprovados no ano passado.

Duas novas delegacias deverão ser abertas este ano, uma circunscricional — a 8ª DP, no Setor de Indústrias e Abastecimento —, e outra especializada, a Delegacia da Criança e do Adolescente II, em Ceilândia. Serão necessários pelo menos 100 policiais, entre agentes, escrivães e delegados. E ainda existem pelo menos 200 policiais civil cedidos a órgãos do governo local, Câmara Legislativa e Judiciário.

O delegado Antônio Cavalheiro, chefe da 1ª DP, defende o retorno desses servidores. "Sempre vai faltar policial, porque a violência não pára de crescer. Mas se pelo menos esses emprestados retornassem, a situação estaria melhor. Cavalheiro reclama que a Constituição de 1988 retirou dos delegados o poder de expedir mandados de busca e apreensão, o que emperra algumas ações policiais na Justiça. Para Mauro César Lima, deveria haver mais colaboração de outros órgãos. "Os juízes, por exemplo, deveriam ser mais atenciosos com o delegado que chega e tem urgência em ver despachado um pedido de prisão", comentou. (FG)